CÂMARA MUNICIPAL DE AMARANTE**Aviso****Operação de loteamento — discussão pública**

Torna-se público, para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que se encontra em discussão pública o pedido de licenciamento de operação de loteamento em nome e a requerimento de Hígino Pinheiro e Clemente, L.^{da}, NIPC 502391340, com sede na Rampa Alta, freguesia de São Gonçalo, para os prédios urbanos, inscritos nas respectivas matrizes nos artigos 54 e 53, sítos na Avenida do 1.º de Maio e na Rua de António Carneiro, freguesia da Madalena, pelo período de 15 dias que se inicia oito dias após a publicação do presente aviso na 3.ª série do *Diário da República*.

Finalidade do pedido: junção dos dois prédios urbanos para a constituição de um lote único com a área de 2440,60 m², com a cêrcea a área bruta de construção como a seguir se indica:

- Cêrcea máxima de rés-do-chão + 2 andares + águas furtadas, para o corpo voltado para a Rua de António Carneiro, e rés-do-chão e andar para o corpo voltado à Avenida do 1.º de Maio;
- A área bruta de construção é de 2940,43 m².

O processo administrativo respectivo, com o n.º 778/05, pode ser consultado, todos os dias úteis, dentro das horas normais de expediente, na Repartição Administrativa do Departamento de Urbanismo desta autarquia.

As sugestões, reclamações ou observações que, eventualmente, venham a ser apresentadas devem ser formuladas através de requerimento escrito dirigido ao presidente da Câmara Municipal, devendo deste constar a identificação completa, o endereço dos seus autores e a qualidade em que as apresentam, as quais deverão ser entregues, ou remetidas por correio sob registo, na Câmara Municipal.

10 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Armando José da Cunha Abreu*.
1000306824

CÂMARA MUNICIPAL DE AMARES**Aviso****Celebração de contrato de trabalho a termo resolutivo certo**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 20 de Setembro de 2006, foi celebrado contrato de trabalho a termo resolutivo certo pelo prazo de um ano, sujeito a eventual renovação, ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com Jorge Pereira da Silva, com a retribuição de € 1033,36, para exercer funções de técnico superior estagiário — área de geografia e planeamento — a partir de 1 de Outubro de 2006. (Isento de visto de Tribunal de Contas.)

12 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Barbosa*.
1000306871

CÂMARA MUNICIPAL DE ARGANIL**Aviso**

Ricardo João Barata Pereira Alves, presidente da Câmara Municipal de Arganil, faz público, em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, que foram celebrados entre esta Câmara Municipal e os trabalhadores Carlos Fidalgo Nogueira e Isabel Maria Pereira Castanheira contratos de trabalho com termo resolutivo certo, com fundamento na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e considerando a Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, regulamentada pela Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, na carreira de operário semiqualeficado, cantoneiro de vias municipais, categoria de operário semiqualeficado, e na carreira e categoria de auxiliar de acção educativa, com as remunerações ilíquidas mensais de € 441,03 (índice 137, escalão 1) e € 457,13 (índice 142, escalão 1), respectivamente, a partir de 2 de Outubro de 2006, pelo período de um ano. [Contratações isentas de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de acordo com a alínea *f*) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

3 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Ricardo João Barata Pereira Alves*.
1000306827

Aviso

Ricardo João Barata Pereira Alves, presidente da Câmara Municipal de Arganil, faz público que, de acordo com seus despachos datados de 31 de Agosto de 2006 e em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, foram renovados, pelo período de um ano, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, conjugado com o artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, os contratos de trabalho com termo resolutivo certo celebrados com os seguintes trabalhadores:

Ana Catarina Pereira Silva Morgado e Elizabeta Bento Tavares Neves, na carreira e categoria de auxiliar de acção educativa — com efeitos a partir de 23 de Setembro de 2006.

Elisabete Maria Fernandes Matos Henriques e Maria Alice Henriques Carreira Duarte, na carreira e categoria de cozinheiro — com efeitos a partir de 23 de Setembro de 2006.

Márcio Rafael Lourenço Ventura Pimenta e Marta Sofia Henriques Cerejeira, na carreira e categoria de auxiliar de acção educativa — com efeitos a partir de 20 de Setembro de 2006.

Vânia Margarida Tavares da Silva, na carreira de técnico profissional de biblioteca e documentação, categoria de técnico profissional de 2.ª classe — com efeitos a partir de 26 de Setembro de 2006.

Foram ainda renovados, nos termos da citada legislação, pelo período de um ano, os contratos de trabalho com termo resolutivo certo, a tempo parcial, celebrados com as seguintes trabalhadoras:

Anabela Cosme da Costa Águas, Anabela Gonçalves Pereira Cardoso, Fátima da Conceição Diogo Gonçalves e Paula Cristina Ferreira dos Santos Bento, na carreira e categoria de auxiliar de acção educativa — com efeitos a partir de 20 de Setembro de 2006.

Maria da Graça Rodrigues Gil, na carreira e categoria de auxiliar de acção educativa — com efeitos a partir de 23 de Setembro de 2006.

Maria Paula das Neves Nunes dos Santos, na carreira e categoria de auxiliar de acção educativa — com efeitos a partir de 26 de Setembro de 2006.

Foi igualmente renovado o contrato de trabalho com termo resolutivo certo celebrado com a trabalhadora Maria do Carmo Oliveira Neves, na carreira técnica superior de turismo, categoria de técnico superior de 2.ª classe, pelo período de seis meses, com efeitos a partir de 28 de Setembro de 2006.

3 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Ricardo João Barata Pereira Alves*.
1000306828

CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS**Aviso**

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e por meu despacho de 29 de Setembro de 2006, vai proceder-se à abertura do período de discussão pública relativa à operação de alteração ao loteamento e obras de urbanização sito no lugar de Aldeia de Cima, freguesia de Negreiros, concelho de Barcelos, titulado pelo alvará de loteamento e obras de urbanização n.º 36/2002, de 21 de Outubro, em que é requerente Ferreira & Carvalho, Construções, L.^{da}, contribuinte n.º 503010740, durante o período de 15 dias, com início no dia seguinte à publicação deste aviso no *Diário da República*.

O processo de alteração ao referido alvará encontra-se disponível para consulta, nos dias úteis, das 9 horas às 15 horas e 30 minutos, na Secretaria da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Barcelos.

3 de Outubro de 2006. — O Vereador, *Manuel Carlos da Costa Marinho*.
1000306813

Aviso**Concurso interno de acesso geral para especialista de informática**

Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.